



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Relações Internacionais

Plínio Santos Moreira

**Autonomia na história do Brasil: Como as ideias influenciam a política externa?**

Brasília

2024

Plínio Santos Moreira

**Autonomia na história do Brasil: Como as ideias influenciam a política externa?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Antônio Carlos Moraes  
Lessa

Brasília

2024

Plínio Santos Moreira

**Autonomia na história do Brasil: Como as ideias influenciam a política externa?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Data da aprovação:** 14/08/2024

---

Antônio Carlos Moraes Lessa — Orientador

Doutor em História das Relações Internacionais

Professor do Instituto de Relações Internacionais (UnB)

## **AGRADECIMENTOS**

Tomo esse trabalho como uma síntese da minha graduação e por ela agradeço primeiramente à minha mãe, Daniela, e ao meu pai, Helton, que me proporcionaram essa oportunidade. Agradeço também aos amigos que estiveram comigo nesse período tão importante, que marca as nossas vidas e nos capacita para novas jornadas. Nesse sentido, dou especial ênfase ao apoio e orientação magistral do professor Antônio Carlos Lessa que me aconselhou e me guiou nesse processo. Por fim, agradeço à minha namorada Isabela que me apoiou em todos os momentos.

## RESUMO

O presente trabalho tem por intento uma averiguação da forma e do grau de impacto das ideias como fatores de influência na política externa brasileira (PEB), resultado que será materializado a partir de um balanço da discussão acadêmica sobre o tema da força ideacional nas Relações Internacionais. Aplicando isso ao caso brasileiro, busca-se verificar como o conceito de autonomia se originou, se consolidou e quais as características que se mantiveram ao longo do tempo, construindo assim uma arqueologia do conceito e uma síntese deste.

Assim, tem-se como hipótese que a “autonomia”, atuando como uma crença causal (Keohane e Goldstein, 1993) baseada nos princípios de “autodeterminação” e “não-intervenção” (Ipek, 2015) (Cervo, 1994), age na PEB como um mapa guiando a ação internacional do país no cenário internacional a partir da associação entre a autonomia com o desenvolvimento, resultando em um binômio que se co-constrói. Outrossim, defendemos que a autonomia se firmou como traço de continuidade da PEB (Pinheiro, 2000) e continua extremamente relevante dado o contexto atual.

**Palavras-chave:** Autonomia. Política Externa do Brasil. Relações Internacionais. Ideias.

## **ABSTRACT**

This study aims to examine the form and degree of impact of ideas as influential factors in Brazilian foreign policy. This will be accomplished through a review of the academic discussion on the role of ideational power in International Relations, specifically applied to the Brazilian case. The objective is to investigate how the concept of autonomy was originated, became established, and which characteristics have persisted over time, thereby constructing an archaeology and synthesis of the concept.

The hypothesis proposed is that "autonomy," acting as a causal belief (Keohane and Goldstein, 1993) based on the principles of "self-determination" and "non-intervention" (Ipek, 2015; Cervo, 1994), functions in Brazilian foreign policy as a roadmap for the country's international actions. This is achieved through the association of autonomy with development, resulting in a co-constructive binomial. Additionally, we argue that autonomy has been a consistent feature of Brazilian foreign policy (Pinheiro, 2000) and remains highly relevant in the current context.

**Keywords:** Autonomy. Brazilian Foreign Policy. International relations. Ideas.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	8
2. Um estudo da autonomia .....	9
2.1 Metodologia: .....	9
2.2 Como estudar ideias? .....	10
2.3) A autonomia na literatura .....	12
2.3.1) Base introdutória (História e Análise de Política Externa, Política Externa Independente e relações Brasil-Estados Unidos).....	12
2.3.2 A autonomia no mundo e na América Latina .....	13
2.3.3 Autonomia no Brasil.....	19
3. Conclusão.....	21
4. Referências Bibliográficas: .....	24

## 1. Introdução

A importância desse estudo se dá na percepção de que as ideias têm um relevante efeito na política externa (Brands, 2003) e na sociedade, efeito este que vem crescendo nas últimas décadas, em especial devido ao fim da Guerra Fria e à globalização (Keohane e Nye, 1977). Outrossim, a literatura brasileira e mundial carece de estudos sobre forças ideacionais na política externa (Ipek, 2015), ao mesmo tempo que as discussões acadêmicas sobre autonomia têm-se limitado à categorização dos variados tipos de autonomia nos governos pós-ditadura (Vigevani e Cepaluni, 2007) (Moura, 1998). Há, portanto, uma lacuna de pesquisas que busquem esmiuçar as origens do conceito e como ele influenciou a política externa brasileira (PEB) ao longo do tempo, através de uma investigação que utilize do instrumental analítico das RI, da APE e do arcabouço empírico histórico, para gerar uma análise estrutural e holística da autonomia.

Ademais é importante o estímulo a trabalhos que utilizem das ferramentas metodológicas das RI, como esforço de inserção do país no debate global do campo, contribuindo para a construção de uma disciplina plural (Acharya, 2014) e não apenas centrada no Norte. Dessa forma, a autonomia como conceito nascido no Cone Sul (Russel e Tokatlian, 2003) tem potencial como artefato interpretativo de outras realidades, podendo se tornar uma contribuição da epistemologia latina para o mundo.

Nesse sentido, a autonomia é uma ideia bastante presente na literatura política e na prática diplomática do país desde a década de 1950, quando ela é pensada academicamente a partir de uma confluência de correntes de pensamento, em especial, os pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), os nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e os adeptos da Teoria da Dependência (Tickner, 2014)

Nesse período, no plano internacional (Waltz, 1979), o mundo presenciava a ascensão do Movimento dos Não-Alinhados e uma onda de descolonização na África e na Ásia (Saraiva, 2008), surgindo, portanto, uma gama de países questionadores da bipolaridade. Dentre esses estava o Brasil, que esperançoso de um mundo pós-guerra no qual se beneficiaria de uma relação privilegiada com os Estados Unidos, se frustrou com uma realidade de baixa ajuda financeira e quase indiferença quanto aos anseios desenvolvimentistas dos latinos (Doratioto e Vidigal, 2014). Surge assim a percepção de que o país só se desenvolveria com meios próprios



e de que, dessa forma, sem poder contar com o auxílio americano, não caberia nenhuma lealdade ideológica aos Estados Unidos, devendo o Brasil buscar alianças com múltiplos parceiros, visando apenas o interesse nacional. Esses pensamentos foram expandidos e materializados na Política Externa Independente (1961) e constituíram um ideário que se perpetuaria ao longo do século (Doratioto e Vidigal, 2014).

As origens das práticas autonomizantes, porém, podem ser traçadas desde à independência do país em 1822 (Saraiva, 2014), urge, assim, a partir de um esforço teórico-analítico de compreensão do papel das ideias na política externa, a necessidade de investigar como a autonomia surgiu como prática e se legitimou como ideia (Levi, 1970), e tornou-se, a partir de então, um traço de continuidade da política externa brasileira (Pinheiro, 2000). Portanto, compreendendo a autonomia como uma das ideias guias da PEB tanto na diplomacia quanto na academia, é extremamente relevante um inquérito sobre esse conceito.

Por outro lado, a variedade de percepções sobre a autonomia, fruto da adoção dessa por diversas correntes de pensamento ao longo das últimas sete décadas, faz com que seja importante uma sumarização e uma análise das características que permaneceram com o tempo, com vistas a sintetizar o conceito. Além disso, num contexto de crise da Ordem Liberal Internacional (OLI) (Ikenberry, 2018) e, conseqüentemente, de enfraquecimento da unipolaridade americana, é possível que haja maior margem de manobra para países como o Brasil (Acharya, 2017). Portanto, é necessário que se pondere a atualidade do conceito e sua aplicação no contexto presente.

Dessa forma, a priori, será utilizado o quadro teórico conceitual proposto por Judith Goldstein e Robert O. Keohane (1993) no livro “Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change”. Os autores propõem uma tipologia das ideias e das formas como elas impactam o mundo. As primeiras são divididas em visões de mundo, crenças principiológicas, e crenças causais. Enquanto isso, são apresentadas três formas de ação das ideias na realidade objetiva: como mapas, como pontos focais e através da institucionalização.

## **2. Um estudo da autonomia**

### **2.1 Metodologia:**

Após uma revisão literária das fontes secundárias (Pinto, 2023) à procura dos principais trabalhos de APE e RI sobre a influência das ideias e conceitos na política externa (Beattie, 2019), buscando-se a compreensão do estado da arte sobre o tema e as melhores ferramentas de estudo, optou-se por utilizar o quadro teórico analítico proposto por Keohane e Goldstein para

a análise da ideia de autonomia. No que tange ao estudo desta, também se fez necessária uma investigação extensa das fontes secundárias, em especial dos artigos acadêmicos e livros, produzidas sobre o tema, essa revisão será descrita em seguida.

Assim, formada uma base teórica da autonomia e a partir do ferramental analítico escolhido, será feita uma análise desse conceito, contando como parâmetro prático de aplicação o artigo de Pinar Ipek sobre a influência da Agência Turca de Cooperação na política externa da Turquia. Ademais, ressaltamos a existência e a influência de outras possíveis frentes de interpretação e aplicação do quadro de Keohane, como o artigo de Ann-Marie Ekengren (2011), que investiga como ideias influenciam o processo de tomada de decisão, especificamente na política externa sueca durante os anos de 1965 a 1975 sob a liderança de Olof Palme. Nesse sentido, também destacamos o artigo de Rosyidin (2020) que examina a política externa da Indonésia sob a administração de Joko Widodo (Jokowi) em relação à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) entre 2014 e 2019. O estudo destaca como as crenças causais e as ideias dos conselheiros políticos de Jokowi influenciaram sua abordagem para com a ASEAN, comparando-a com a administração anterior de Susilo Bambang Yudhoyono, que enfatizava o multilateralismo dentro da ASEAN. Sob Jokowi, a Indonésia adota uma abordagem mais nacionalista e unilateral, com menor foco na ASEAN.

## **2.2 Como estudar ideias?**

Keohane e Goldstein categorizam as crenças em três tipos: visões de mundo, crenças de princípios e crenças causais. As visões de mundo são os tipos de ideias com maior amplitude de impacto, por exemplo, as religiões ou a racionalidade científica ocidental, crenças entrelaçadas com as concepções de identidade e que evocam emoções profundas e sentimentos de lealdade. Já as crenças de princípios são ideias normativas que dão critérios específicos para distinguir o certo e o errado e o justo e o injusto, basicamente são princípios morais. Nesse sentido, as crenças de princípio mediam as relações entre as visões de mundo e as conclusões políticas específicas, eles traduzem doutrinas fundamentais em orientações para a ação humana contemporânea. São exemplos de crenças de princípio o direito à liberdade de expressão, a negação da escravidão, o direito ou não ao aborto. Por fim, as crenças causais tratam de relações de causa e efeito, derivando sua autoridade do consenso das elites dominantes. Assim, as crenças causais implicam estratégias para o alcance de objetivos, elas próprias valorizadas por causa de crenças de princípios partilhadas, e compreensíveis apenas dentro do contexto de visões de mundo mais amplas. Mudanças nesse tipo de crença acontecem mais rapidamente que nos outros já citados (Keohane e Judith, 1993).

Outrossim, são definidas três formas de impacto das ideias na política externa: ideias como mapa, como ponto focal e a partir da sua institucionalização. Nesse sentido, ideias como mapa surgem na relação entre os objetivos e as estratégias para alcançá-los, servindo usualmente como caminhos em ambientes incertos. As ideias também podem servir como pontos focais, quando não há consenso ou equilíbrio único, funcionando como uma cola aglutinadora e gerando soluções cooperativas para facilitar a coesão do grupo em questão. Por fim, as ideias quando institucionalizadas, ou seja, quando se materializam em regras, normas ou instituições fornecem forte influência na política externa, visto que passam a restringir as ações e influenciar na formulação de políticas mesmo se os interesses iniciais tiverem mudado, gerando um impacto prolongado (Keohane e Judith, 1993).

Keohane e Goldstein, além do quadro analítico, fornecem outras instruções metodológicas, prescrevendo que, num estudo ideacional, a análise política deve começar pela identificação das ideias descritas e dos resultados políticos ou mudanças institucionais a serem explicados. Além disso, devemos também fornecer evidências sobre as condições sob as quais existem conexões causais entre ideias e resultados políticos. Para isso o primeiro passo deve ser o da “inferência probatória”, ou seja, a crítica das fontes a serem utilizadas, visto que elas podem estar enviesadas. Depois disso, parte-se para a “inferência descritiva”, um trabalho de investigação no qual se busca distinguir entre aleatoriedade do fenômeno e a comprovação de que há um comportamento sistemático. Por último, parte-se para a análise do impacto das ideias no qual se estabelece a covariância entre ideias e resultados, buscando compreender a medida em que o comportamento estudado realmente reflete uma ideia/crença ou é fruto de outras variáveis e questionando se há outros fatores que podem ser as verdadeiras causas da ação/resultado político em questão (Keohane e Judith, 1993).

Desse modo, a aplicação prática desse quadro teórico será baseada no artigo de Pinar Ipek (2015), o autor realiza uma análise construtivista, teorizando que as ideias importam na política externa quando há um pequeno grupo da elite política que possui um conjunto de crenças compartilhadas e quando há um ambiente político favorável e que viabilize essas políticas (janela de oportunidade). Do mesmo modo, ele afirma que as ideias vêm geralmente acompanhadas de interesses materiais, apoiados pelo “estado comercial” (Ipek, 2015). É, portanto, necessário que os princípios e as crenças causais se harmonizem para que as ideias realmente influenciem na política externa (Ipek, 2015). No caso brasileiro, a autonomia será tida como a crença causal em questão e será necessário trabalhar para definir quais serão os

reais princípios por trás dela, os quais se supõe de antemão serem as ideias-chave de “autodeterminação” e “não-intervenção” (Cervo, 1994).

Assim, para uma análise robusta da atuação da autonomia na PEB, baseada na aplicação do quadro de Keohane por Ipek, serão utilizados como instrumentos analíticos algumas variáveis. A variável dependente (King, Keohane, Verba, 1994), aquela que se está tentando explicar ou prever, será a mudança na política exterior. Já as variáveis independentes, aquelas que explicam ou preveem a variável dependente, serão a conjugação das ideias e dos interesses materiais, traduzidos para a realidade brasileira respectivamente como a ideia de autonomia e o interesse pelo desenvolvimento através da industrialização. Além disso, trabalharemos com uma variável interveniente: a estrutura doméstica. Desse modo, quando esta tiver como base uma elite de pensamento homogêneo e um ambiente favorável (Ipek, 2015), gera-se um meio propício para o impacto das ideias na política externa, cenário que variou no Brasil.

### **2.3) A autonomia na literatura**

#### **2.3.1) Base introdutória**

O estudo da política exterior brasileira é basal para esse projeto, por isso são utilizados como referencial as obras extensivas sobre o tema “História da Política Exterior do Brasil (2011)” de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, “História das Relações Internacionais do Brasil (2014)” de Francisco Doratioto e Carlos Vidigal e “A diplomacia na construção do Brasil: 1750 – 2016 (2017)” de Rubens Ricupero. Além disso, na interseção entre as Relações Internacionais e a Análise de Política Externa utilizaremos alguns textos e ensaios que interpretam a PEB e constroem percepções sobre suas características, continuidades e mudanças. Dentre eles destacamos “O desafio internacional: a política exterior no Brasil de 1930 a nossos dias (1994)” organizado por Amado Cervo, “Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña (1994)” e “A agência da Política Externa Brasileira: Uma análise preliminar” de Maria Regina Soares de Lima, “Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea (2000)” e “Política Externa Brasileira (2004)” de Leticia Pinheiro, “The evolution of foreign policy studies (2018)” de Guilherme Casarões e “Análise de política externa (2021)” de Haroldo Ramanzini Júnior e Rogério de Souza Farias.

Ademais, um aspecto central no estudo da autonomia é a Política Externa Independente. Por isso, faz-se fulcral o contato com os principais estudos e textos sobre o tema. Em primeiro lugar, cabe uma análise do artigo fundador da política, “Brazil’s New Foreign Policy” escrito pelo então presidente Jânio Quadros e publicado na revista *Foreign Affairs* em 1961. Também

são referências para essa pesquisa os artigos “A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, apogeu e declínio (2014)” de Tânia Manzur e “Política Exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente (1995)” de Paulo G. Fagundes Vizentini que permitem uma compreensão holística da PEI. Outrossim, com foco na autonomia, duas dissertações oferecem base empírica bastante forte para o estudo do conceito em questão “A autonomia na política externa brasileira - a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes? (2011)” de Luiz Fernando Ligiéro, comparando dois determinantes momentos de busca por autonomia na PEB e “Política Externa Independente: as relações com os Estados Unidos na busca por autonomia (2009)” de Carlos Augusto Rollemberg de Resende, que foca na relação com a potência dominante.

Por conseguinte, em se tratando das relações do Brasil com os Estados Unidos, potência hegemônica com maior influência e capacidade de constringimento das ações brasileiras no exterior, utilizaremos como base “Brasil - Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988) (1989)” de Moniz Bandeira e “Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades (2009)” de Mônica Hirst e o mais recente e focado na questão autonomista “Autonomy or alignment? The US-Brazil relationship in a changing world order (2023)” de Bruce Jones, Sophia Hart, and Diana Paz García.

### **2.3.2 A autonomia no mundo e na América Latina**

Primeiramente, para uma análise holística e aprofundada do tema da autonomia, cabe observar esse conceito sob uma perspectiva internacional. Nesse sentido, Roberto Russell e Juan Gabriel Tokatlian em seu artigo “From Antagonistic Autonomy to Relational Autonomy: A Theoretical Reflection from the Southern Cone (2003)”, um dos mais citados sobre o tema, fazem uma análise bastante assertiva sobre a evolução do conceito e seu estado no fim da década de 90. Em vista disso, os autores propõem uma objetiva definição de autonomia, contrastando com o conceito de soberania. Desse modo, é no contexto latino, mais propriamente do Cone Sul, que a autonomia ganha um sentido próprio, devido as experiências dispares que os países daqui tiveram em comparação com a América Central e Caribe em relação à potência hegemônica. Vide que se observa ao longo da história constantes violações territoriais e ao princípio soberano de não-intervenção nos países caribenhos e da América Central (Russel e Tokatlian, 2003). Enquanto isso, na América do Sul, os países conseguiram manter-se imunes a esse tipo de invasão, porém, ainda afetados pela influência econômica e política dos Estados Unidos, o que motivou a busca da afirmação do princípio soberano de autodeterminação, que

desagua na autonomia internacional para a busca e consecução dos interesses próprios (Russel e Tokatlian, 2003). Nesse sentido, podemos diferenciar a soberania da autonomia, a primeira sendo um conceito originário das RI do Norte Global ligado à Paz de Westfália e sendo relacionada ao direito internacional, bastante ligada ao território físico e a proteção deste, com ênfase na administração interna própria.

Por esse ângulo, para Arlene Tickner em diálogo com Russel e Tokatlian, na perspectiva teórica nortista, a autonomia é vista como equivalente à soberania interna, porém esse conceito adquire um significado e uma extensão diferente na América Latina. No Sul, a autonomia é vista como uma condição relativa à possibilidade de atuação auto-interessada do país em questão com o sistema internacional, calcada no princípio de autodeterminação. Nesse viés, a autonomia é usualmente associada ao desenvolvimento e à não dependência. Em suma, a autonomia é um conceito desenvolvido academicamente e empregado politicamente, é tido como ideia chave para as RI da América Latina, sendo visto como um dos esteios da sua relação com o mundo, dada sua condição fundamental para o desenvolvimento e construção do Estado-Nação (Tickner, 2014).

Nesse sentido, Arlene Tickner em seus textos “Autonomy and Latin American International Relations Thinking” e “Latin American IR and the Primacy of lo practico” aponta que a preocupação com a autonomia na América Latina tem raízes históricas profundas e surge como resposta ao colonialismo e ao imperialismo que moldaram a inserção internacional da região. Dessa maneira, ao traçar suas principais origens intelectuais, aponta-se para três referenciais principais: a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a Teoria da Dependência e as escolas brasileira e argentina da autonomia (Tickner, 2014).

Desse modo, uma das principais influências teóricas seria a CEPAL, criada no pós-guerra e sob a liderança de Raúl Prebisch. A comissão afirmava que a posição da região na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), produzia relações assimétricas entre o centro e a periferia, que seriam as reais causas do subdesenvolvimento, devido à troca desigual de mercadorias, que gerava no longo prazo uma deterioração nos preços dos produtos produzidos na zona periférica aumentando as disparidades. Como solução, prescrevia-se uma política industrializante de substituição de importações, forte intervencionismo estatal, integração regional e que esse processo fosse liderado pelas elites locais (Tickner, 2013).

Por sua vez, a Teoria da Dependência e os teóricos como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto destacavam a dependência econômica como um processo histórico que resultou no subdesenvolvimento, devido à adoção da lógica capitalista pela América Latina, por isso frisavam a necessidade de superar essas estruturas para alcançar o progresso (Cardoso e Faletto, 1970). Os dependentistas porém rejeitavam o reformismo do ISEB e da CEPAL e a sua confiança na liderança da burguesia.

Por fim, para compreender profundamente o conceito, também é importante estudar a influência teórica das escolas Argentina e Brasileira da autonomia, a primeira representada por Juan Carlos Puig e a segunda por Hélio Jaguaribe. Este, representante mor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tinha bastantes semelhanças com a visão cepalina e propôs um conceito de autonomia associada à viabilidade nacional e permissividade internacional, argumentando que a autonomia era fundamental para o desenvolvimento e a construção do Estado (Jaguaribe, 1979). Assim, a autonomia para Jaguaribe é função das condições estruturais que ele descreve como “viabilidade nacional” e “permissibilidade internacional”. A primeira refere-se à existência de recursos humanos e materiais adequados, capacidade de intercâmbio internacional e o grau de coesão sociocultural observável dentro de uma determinada sociedade. Já a permissibilidade internacional está relacionada com a capacidade de neutralizar ameaças externas e depende de fatores internos e externos, incluindo fatores econômicos, capacidades militares, e o estabelecimento de alianças com terceiros. Por fim, dois adicionais requisitos também são identificados para a construção da autonomia na periferia: a autonomia técnico-empREENDEDORA (capacidade tecnológica) e relações favoráveis com o centro (rejeita o confronto direto aos EUA) (Jaguaribe, 1979).

Outrossim, divergindo do realismo clássico, Jaguaribe observa o sistema internacional como sendo hierárquico e não anárquico (Jaguaribe, 1979). Desse modo, o autor retrata a ordem mundial como um sistema diferenciado no qual Estados distintos ocupam posições variadas com base na sua integridade territorial e autodeterminação, e não apenas o seu papel na divisão global do trabalho

Juan Carlos Puig, por sua vez, enfatizou a necessidade de políticas externas que maximizassem a autonomia regional, promovendo estratégias de desenvolvimento menos dependentes das potências centrais. A autonomia, para o argentino, requer graus de viabilidade nacional, uma quantidade suficiente de recursos internos e um compromisso explícito por parte

de grupos de elite “funcionais” para prosseguir políticas de maximização da autonomia. Ambos os autores compartilham certa confiança no papel das elites e a noção de que a autonomia requer necessariamente a mobilização de recursos materiais de poder (Tasca, 2018).

Nesse viés, com o intuito de investigar a fundo a relação entre Puig e Jaguaribe, entendendo as semelhanças e diferenças de suas teorias, Thiago Tasca em “O Brasil na Guerra Fria: autonomia heterodoxa e a Política Externa Independente (2018)” explora os contextos e as condições que geraram tais visões. Para ele, Jaguaribe formula sua visão no contexto brasileiro, que, durante a Guerra Fria, buscava uma posição de liderança na América Latina e uma maior independência dos EUA sem romper completamente os laços, apoiando uma autonomia pragmática que permite maior flexibilidade nas relações exteriores, buscando uma integração regional e global que beneficie o Brasil sem comprometer sua soberania. Desse modo, o brasileiro advoga por uma autonomia utilitária que favorece a adaptação flexível às mudanças globais, sendo a autonomia utilizada como uma ferramenta para alcançar os objetivos maiores de desenvolvimento e influência global. Por outro lado, Puig desenvolve sua teoria num contexto argentino, que historicamente tem tido uma relação conturbada com as potências, especialmente o Reino Unido e os EUA, devido a questões como a soberania das Ilhas Malvinas. O autor então enfatiza a autonomia como um fim em si mesmo, buscando maximizar a independência da Argentina em face das potências dominantes, afirmando a necessidade de romper com as estruturas de dependência que limitam o desenvolvimento nacional. Em suma, Jaguaribe propõe uma abordagem mais integradora e adaptativa, enquanto Puig foca em uma postura mais confrontadora e isolacionista em relação às potências globais.

Outro autor que compara os dois teóricos é Luciano da Rosa Muñoz em “O conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual (2016)”, enfatizando bastante a influência do contexto histórico de cada um nas suas formulações. Em se tratando das semelhanças, tanto Jaguaribe quanto Puig valorizam a autonomia como um componente essencial das políticas externas de seus países, ambos a veem como fundamental para o desenvolvimento nacional e como uma forma de resistir à influência externa excessiva. Igualmente, os dois são influenciados pela experiência dos Estados Unidos como um modelo de como a autonomia pode ser alcançada e utilizada para promover o desenvolvimento nacional e uma presença internacional significativa. Por fim, as duas teorias se enquadram no contexto da Guerra Fria, um período em que a questão da autonomia nacional era particularmente crítica diante das tensões entre as superpotências.



No que se refere às diferenças, Puig advoga pela “Terceira Posição”, que vê a necessidade de uma política externa que equilibre e se distancie tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética. Ele enxerga a autonomia como um meio de fortalecer a posição internacional da Argentina sem depender de alianças com as superpotências. Em contrapartida, Jaguaribe, embora reconheça a importância da autonomia, é mais cético quanto à viabilidade da Terceira Posição, sendo crítico da ideia de que o Brasil ou qualquer outro país possa efetivamente manter uma posição equidistante entre os blocos do leste e oeste. Para ele, a autonomia deve ser buscada através de um pragmatismo que reconheça as realidades do sistema internacional. Quanto à integração regional Puig tende a enfatizar a importância da integração latino-americana como um veículo para a autonomia regional, onde os países podem se unir para formar um bloco mais robusto e influente. Por outro lado, Jaguaribe parece mais inclinado a considerar as ações unilaterais do Brasil e estratégias pragmáticas que podem ou não incluir a cooperação regional, sendo esta uma entre outras opções. Eles também dão ênfases diferentes aos âmbitos internos e externos, Puig concentra-se mais nas relações e na política externa como alavancas para a autonomia e Jaguaribe dá grande peso ao desenvolvimento interno do Brasil, com reformas políticas e econômicas como fundamentais para alcançar a autonomia.

Outro relevante autor argentino, que trata do tema da autonomia e dialogando bastante com Puig, é Raúl Bernal-Meza. Em seu artigo “Heterodox Autonomy Doctrine: realism and purposes, and its relevance (2013)” ele analisa a evolução do conceito de autonomia na América Latina, destacando a transição de uma autonomia antagonista para formas mais relacionais e integradas, considerando as teorias de outros autores como Escudé, Russell e Tokatlian, e Vigevani e Cepaluni. Ademais, ele também discute a evolução histórica da autonomia na região, desde as influências de Puig até as conceituações modernas, estabelecendo comparações e diálogos entre os autores. Indo mais a fundo, Bernal-Meza reflete sobre como a autonomia deve ser pensada no contexto de globalização, qual deve ser sua nova feição e seus novos desafios.

Raúl aborda novamente o conceito de autonomia no texto "Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions (2016)", discutindo como os pensadores latino-americanos têm redefinido e aplicado o conceito na formulação de suas teorias e práticas de relações internacionais. Bernal-Meza explora como essa busca por autonomia está intimamente ligada ao desejo de desenvolver uma abordagem teórica e prática que reflita as especificidades históricas, políticas e econômicas da América Latina, diferenciando-se das teorias de relações internacionais que são

predominantemente formuladas em centros acadêmicos ocidentais. Ele enfatiza a necessidade de teorias que não apenas adaptem conceitos de fora, mas que também surjam de reflexões intrínsecas sobre as condições e aspirações regionais. Assim, a autonomia aqui é vista tanto em um sentido teórico, como na construção de um corpo de conhecimento próprio, quanto em um sentido prático, na aplicação desses conhecimentos à política externa e às estratégias de inserção internacional de maneira que respeite e promova os interesses latino-americanos.

Assim, no que concerne à evolução do conceito de autonomia nas duas escolas (brasileira e argentina), as crises econômicas da década de 80, além do fim das ditaduras na região (Giambiagi, 2005) levaram a uma crise do nacional-desenvolvimentismo e do papel do Estado na sociedade. Ocorre, dessa forma, um fortalecimento da hegemonia e do modelo norte-americano de livre mercado e democracia liberal. Desse modo, com o fim da Guerra Fria alguns dos argumentos clássicos da autonomia erodem (Tickner, 2014). No Brasil, porém, a autonomia se reinventa e deixa de ser baseada no distanciamento dos regimes internacionais, da potência dominante e da afirmação da soberania interna, e passa para uma autonomia pela participação internacional (Fonseca Jr., 1998), visando influenciar o regime e a formulação das normas, além do ganho de credibilidade.

Na Argentina, contudo, observa-se um declínio autonomista na década de 1990, algo que se traduz pelo pensamento de Carlos Escudé, conhecido como realismo periférico, que defende que a autonomia não seria necessária para o desenvolvimento e haveria se tornado um fim em si mesma, sem necessariamente trazer resultados positivos. Escudé, defendia então um alinhamento aos Estados Unidos (Escudé, 1992).

Por fim, retomando Tickner, além das influências supracitadas, a autora também observa uma relação entre a autonomia e as teorias tradicionais das RI. Em primeiro lugar, numa perspectiva realista, a autonomia é entendida em termos de Poder, visto que é principalmente um instrumento defensivo para salvaguardar a soberania e o desenvolvimento nacional, controlar as atividades transnacionais e a intervenção de atores externos e reforçar as capacidades de negociação internacional (Tickner, 2014). Por outro lado, a Teoria da Interdependência, em particular o trabalho de Keohane e Nye (1977), foi prontamente incorporada nas discussões latino-americanas sobre autonomia, dada a sua abertura às questões econômicas e sociais e o seu reconhecimento dos atores transnacionais como atores globais chave.

### 2.3.3 Autonomia no Brasil

A análise da história da política externa brasileira permite encontrar alguns traços de continuidade (Cervo, 1994) que perduram ao longo dos séculos. Desse modo, a permanente busca por autonomia pode se enquadrar nesse rol de vetores, visto que encontramos políticas com tal viés desde a formação do Estado-Nacional (Saraiva, 2014) e ela tem tido permanência e constância desde então, sendo excepcionalmente substituída por políticas de alinhamento (Cervo e Bueno, 2011) à potência dominante da época, no século XIX a Inglaterra e no XX os Estados Unidos, mas que, em geral, são rapidamente descontinuadas, retomando-se o rumo autonomista. Portanto, cabe prioritariamente fazer, tomando emprestada a expressão de Foucault (2012), uma arqueologia da ideia de autonomia, perpassando os momentos embrionários nos quais essa ela foi exercitada na política exterior do país até o ponto em que ela foi realmente concebida teoricamente como conceito na década de 1950 (Levi, 1970).

Assim, a partir da constituição do Brasil como Estado independente em 1822, pode-se encontrar inúmeros exemplos de práticas autonomizantes na história do país, sendo o primeiro esforço autonomista localizado na postura soberanista de José Bonifácio, patrono da Independência, na busca pelo reconhecimento do país no cenário internacional (Cervo e Bueno, 2011). Nessa perspectiva, Cervo e Bueno descrevem como o então ministro dos Negócios Estrangeiros tentou manter-se altivo diante das tentativas inglesas de impor altos custos ao reconhecimento, visto que o país o conquistara com armas e recursos próprios, além de possuir certo grau de autossuficiência, o que garantiria margem de manobra nas negociações e até uma momentânea capacidade de prescindir do reconhecimento internacional das grandes potências. O intento de Bonifácio, porém, não vingou e a busca pelo reconhecimento a qualquer custo passa a ser motivada pelos interesses dinásticos do Imperador Dom Pedro I, que visava resguardar seus direitos sobre o trono português (Cervo e Bueno, 2011). Nesse sentido, José Flávio Sombra Saraiva em “Autonomia na Inserção Internacional do Brasil: Um Caminho Histórico Próprio (2014)” faz uma defesa da existência do conceito de autonomia como prática política pré-existente à PEI e consolidado conceitualmente por ela. Para o autor, as raízes da autonomia estariam na década de 1840 com as primeiras ações em busca de maior margem de manobra frente aos constrangimentos da potência dominante de então, a Inglaterra.

Como já citado anteriormente um dos maiores expoentes do pensamento autonomista foi o isebiano Hélio Jaguaribe, que em “Nacionalismo na atualidade brasileira” e “Autonomia periférica y hegemonia cêntrica (1979)” conceitua e delimita os requisitos para a autonomia e suas consequências estabelecendo o nexos determinante entre a autonomia e o desenvolvimento

industrial do país. Posteriormente, em 1980 o governo Vargas é reinterpretado à luz da autonomia pelo historiador Gerson Moura no livro “Autonomia na dependência a política externa brasileira de 1935 a 1942”. Gerson compreende que a estratégia de equidistância pragmática na qual o governo mantinha relações dúbias com as duas potências concorrentes, EUA e Alemanha, dava certa margem de manobra para que, dentro da evidente dependência americana, o Brasil barganhasse vantagens nas negociações. A autonomia foi usada então usada como instrumento para o nacional-desenvolvimentismo.

Um outro autor determinante na teorização autonomista é o diplomata Gelson Fonseca Júnior que em “A legitimidade e outras questões (1998)” propõe interpretar a política externa da ditadura militar brasileira como autonomista (com exceção do período Castello Branco). À vista disso, ela seria caracterizada como autonomia pelo distanciamento, ou seja, o Estado aumentaria sua capacidade de atuar em interesse próprio ao se afastar dos regimes internacionais impostos pelas potências hegemônicas, à exemplo do regime de não-proliferação nuclear, materializado no Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) de 1968. Acordo criticado pelo Brasil devido ao seu caráter de “congelamento do poder mundial” (Ricupero, 2017). A partir do fim do período militar, porém, os democratas percebem a necessidade de inserir o Brasil nas rodadas internacionais de negociação como forma de influenciar o debate e garantir melhores resultados para o país. Outrossim, a inserção passa a ser sinônimo de credibilidade, por isso, na década de 1990 o Brasil se engaja nas discussões de direitos humanos se abrindo para vitórias internas por organismos internacionais, sedia a Rio 92 e intensifica a participação nas conversas sobre o meio ambiente e como um marco de sua postura participativa assina o TNP em 1998.

O texto de Gelson gerou inúmeras repercussões acadêmicas e inspirou outras tipologias, dentre elas algumas cujos sentidos são muito similares ao “distanciamento” e à “participação”, assim, destacam-se os conceitos de “autonomia pelo isolamento e pela integração” do embaixador e ministro Luiz Felipe Lampreia (1998) e os conceitos de “autonomia antagonista” e a “autonomia relacional” de Roberto Russell e Juan Gabriel Tokatlian (2003). Cabe também refletir criticamente sobre a motivação das tipologias citadas (Lessa, Couto e Farias, 2010), vide o seu potencial legitimador de determinadas realidades e negador de outras, questionando-se as reais intenções dessas teorizações, visto que, por exemplo, o Brasil não se distanciou totalmente dos regimes internacionais durante a ditadura, como no caso das discussões ambientais e de comércio.

Dando seguimento, nos anos 2000 destaca-se a classificação do governo Lula em “autonomia pela diversificação” feita por Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007). Mesmo tendo semelhanças com o governo FHC, Lula teria ampliado o grau da inserção autonomista brasileira ao intensificar as ações pré-existentes e inaugurar novas. Destacando-se, nesse sentido, um foco nas alianças Sul-Sul e nas iniciativas de integração regional. Como exemplo dessas mediadas pode-se citar o fortalecimento do Mercosul, o aumento de parcerias internacionais em vários continentes, em especial uma maior participação do Brasil na África, com investimentos, transferência de tecnologia e abertura de embaixadas, além de parcerias no Oriente-Médio, Europa e Ásia.

Ademais, é imperativo destacar três trabalhos de análise do conceito de autonomia e de investigação histórica deste, traçando suas origens e tentando interpretar sua importância e potencial. Nesse sentido, “O conceito de autonomia na política exterior brasileira: mudanças e continuidades (2015)” de Gustavo Ziemath e “O projeto autonomista na política externa brasileira (2014)” de Matias Spektor oferecem grandes contribuições ao descrever o surgimento conceitual e histórico da autonomia, analisar as mudanças ao longo das últimas décadas e identificar as características dominantes e que resistiram ao teste do tempo. Ambos os autores também identificam no projeto autonomista possibilidade de perenidade na PEB e o veem como instrumento de inserção e desenvolvimento futuro do Brasil.

Em conclusão, a tese de doutorado de Luciano da Rosa Muñoz aborda a genealogia do conceito de autonomia na política exterior brasileira no período de 1946 a 1974, explorando as interações e os embates entre intelectuais, militares e diplomatas no contexto da formação discursiva e prática da autonomia brasileira. O autor fornece uma análise detalhada e crítica sobre o desenvolvimento e as implicações do conceito de autonomia na política externa brasileira no período delimitado, destacando o papel de diferentes grupos sociais e ideológicos na sua evolução.

### **3. Conclusão**

A partir de uma análise aprofundada da história da política externa brasileira e da bibliografia existente sobre a “autonomia”, podemos primeiramente defini-la como um conceito político de aplicação prática das Relações Internacionais do Cone Sul (Russel e Tokatlian, 2003), moldado principalmente pelas escolas brasileira e argentina de RI. Assim, salvas as devidas variações temporais, o autonomismo prega o manejo das relações com a potência hegemônica de forma a ampliar a margem de manobra do país no sistema internacional,

evitando a ingerência nos assuntos internos e visando objetivos materiais, traduzidos pelo desenvolvimento econômico, e prestígio, compreendido em termos de participação e influência nos altos níveis dos mecanismos de governança global (Buarque, 2024).

Também pode-se concluir que a autonomia é um dos grandes traços de continuidade da PEB (Pinheiro, 2000) que deriva da experiência histórica internacional do Brasil desde a sua independência e que perdura até os dias atuais, tendo incrível constância na maior parte dos governos durante esses dois séculos, sendo excepcionalmente substituída por políticas de alinhamento à potência dominante da época, no século XIX a Inglaterra e no XX os Estados Unidos, mas que, em geral, são rapidamente descontinuadas, retomando-se o rumo autonomista. Essas políticas de alinhamento, de curta duração, e que como vemos são usualmente implantadas em momentos de grande abalo institucional (Governo de Pedro I e a República da Espada) ou após períodos com tendência fortemente autonomizante (Governos Dutra, Café Filho, Castello Branco, Collor e Bolsonaro) podem ser caracterizadas como refluxos de alinhamento.

Dessa forma, por meio do quadro teórico-analítico de Keohane e Goldstein (1993) e da sua aplicação por Ipek (2015) a autonomia é uma crença causal, ou seja, um tipo de crença que versa sobre relações de causa e efeito que implicam estratégias para o alcance de objetivos, derivando sua autoridade do consenso das elites dominantes. Outrossim, como sublinha Ipek (2015), as crenças causais têm profunda relação com as crenças de princípio, sendo estas, muitas vezes, os guias maiores e as origens daquelas. Nesse sentido, identificamos nos princípios de “autodeterminação” e “não-intervenção” (Cervo, 1994), ideias chave da PEB, as origens primevas e morais da autonomia, visto que traduzem de forma basal as doutrinas fundamentais da inserção internacional do Estado.

Assim, no Brasil, a autonomia, mesmo que através de variadas estratégias (balanceamento, diversificação, construção de coalizões, distanciamento e pertencimento) (Spektor, 2014), sempre manteve a característica mor de ser uma ferramenta para o alcance dos interesses nacionais de desenvolvimento e prestígio (Ipek, 2015). Já no que tange ao consenso em prol do projeto autonomista, sua primeira expressão ocorre no Império quando as elites políticas e econômicas concordaram na necessidade de expurgar-se do controle econômico inglês na década de 1840 (Cervo e Bueno, 2011). Posteriormente, na década de 1950, há novamente um consenso, dessa vez político, econômico e intelectual, em prol de uma política externa que buscasse a autonomia como ferramenta para a industrialização nacional (Spektor,

2014), esse consenso perdura até meados da década de 1980, quando se tem o fim do paradigma nacional-desenvolvimentista (Cervo, 2003), e novamente se observa um consenso entre as elites, agora em prol de um desenvolvimento mediado por uma inserção internacional pautada na multilateralidade, no liberalismo econômico e na democracia (Moura, 1998). Esse paradigma sofre uma nova atualização no início dos anos 2000, com a ascensão do governo Lula, há então um novo enfoque para a diversificação de parcerias, aprofundamento das relações Sul-Sul, integração regional (Vigevani e Cepaluni, 2007) e a busca por uma posição privilegiada no sistema internacional para o Brasil (Buarque, 2024).

Por fim, em se tratando da função das ideias na PEB, observa-se na autonomia sua evidente função de mapa que guia a ação internacional do país a partir da associação entre a autonomia externa e o desenvolvimento interno, resultando em um binômio de ação, com objetivos e estratégias de alcance. Ao mesmo tempo, a autonomia teve ampla adesão entre as mais variadas correntes ideológicas (Ziemath, 2017), o que a coloca também na função de ponto focal, gerando equilíbrio em situações de difícil consenso, gerando soluções cooperativas e coesão entre grupos. Por fim, uma função terciária exercida pela autonomia foi através da institucionalização, mesmo que de forma branda, o que pode ser apontado na Política Externa Independente (1961), publicada como artigo e como política pública oficial do governo Jânio Quadros. A PEI, porém, foi rapidamente descontinuada, mas suas ideias tiveram impacto prolongado e permanecem até hoje.

#### 4. Referências Bibliográficas:

- ACHARYA, Amitav. After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order. *Ethics & International Affairs*, v. 31, n. 3, p. 271-285, 2017.
- ACHARYA, Amitav. Global International Relations and Regional Worlds. *International Studies Quarterly*, 2014.
- BANDEIRA, Moniz. Brasil - Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988) (1989).
- BEATTIE, Peter. Ideology, Values and Foreign Policy. In: JAMES, Patrick (Ed.). *Oxford Bibliographies in International Relations*. New York: Oxford University Press, 2019.
- BRANDS, H. W. Ideas and Foreign Affairs. In: *A Companion to American Foreign Relations*. 2003.
- BUARQUE, Daniel. Brazil's International Status and Recognition as an Emerging Power: Inconsistencies and Complexities. 1 fev. 2024. Palgrave MacMillan.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, 1970. 143p.
- CASARÕES, Guilherme. The evolution of foreign policy studies (2018).
- CERVO, Amado (Org.). O desafio internacional: a política exterior no Brasil de 1930 a nossos dias (1994).
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil (2011).
- CERVO, A. L. Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático, *RBPI*, v. 46, n.2, 2003.
- DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos. História das Relações Internacionais do Brasil (2014).
- EKENGREN, Ann-Marie. How Ideas Influence Decision-Making: Olof Palme and Swedish foreign policy, 1965–1975. *Scandinavian Journal of History*, v. 36, n. 2, p. 117-134, 2011. DOI: 10.1080/03468755.2011.561189.
- ESCUDE, Carlos. Realismo periférico. Buenos Aires: Planeta, 1992.
- FONSECA Jr, Gelson. A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia e a história das ideias. In: *A Arqueologia do Saber*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- GIAMBIAGI, Fábio [et al.]. Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 2ª. Reimpressão.
- GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change. Ithaca: Cornell University Press, 1993. (Cornell Studies in Political Economy).
- HIRST, Mônica; BANDEIRA, Moniz. Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades (2009).
- IKENBERRY, G. John. The end of liberal international order? *International Affairs*, v. 94, n. 1, p. 7-23, jan. 2018.
- IPEK, Pinar. Ideas and Change in Foreign Policy Instruments: Soft Power and the Case of the Turkish International Cooperation and Development Agency. *Foreign Policy Analysis*, v. 11, p. 173-193, 2015.
- JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Universidad Cándido Mendes*, v. 12, n. 46, p. 91-130, abr.-jun. 1979.
- JAGUARIBE, Hélio. O nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.



- JONES, Bruce; HART, Sophia; GARCÍA, Diana Paz. *Autonomy or alignment? The US-Brazil relationship in a changing world order* (2023).
- KEOHANE, R. O; NYE, J. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little Brown, 1977.
- KEOHANE, R. O. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton, Princeton University Press, 1984.
- KING, K. & VERBA, S. (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *A política externa do governo FHC: continuidade e renovação*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 2, dez. 1998.
- LESSA, A. C., L. F. Couto, and R. S. Farias. "Distanciamento versus engajamento: alguns aportes conceituais para a análise da inserção do multilateralismo brasileiro (1945-1990)." *Contexto Internacional* 32, no. 2 (2010): 333-365.
- Lessa, Antônio Carlos. Hélio Jaguaribe: a geração do nacional-desenvolvimentismo. In: José Vicente de Sá Pimentel. (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. 1ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, v. 3, p. 877-902.
- LESSA, Antonio Carlos; SONDERGAARD, Niels (2019), *Brazilian Foreign Policy*, in *Oxford bibliographies*.
- LEVI, Werner. *Ideology, Interests, and Foreign Policy*. *International Studies Quarterly*, v. 14, n. 1, p. 1-31, mar. 1970.
- LITTIG, Beate. 'Interviewing the Elite – Interviewing Experts: Is There a Difference?' In: Bogner, Alexander, Beate Littig and Wolfgang Menz (2009). *Interviewing Experts*. Basingstoke: Palgrave, pp. 98-116.
- MACFARLANE, Bruce (2009). *Researching with integrity. The ethics of academic inquiry*. NY and London: Routledge.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MUÑOZ, L. da R. (2016). *O Conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual*. *Carta Internacional*, 11(2), 200–221.
- PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PINHEIRO, Letícia. *Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea*. In: *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, 2000.
- PINTO, Vânia Carvalho. *Métodos de pesquisa em Relações Internacionais*. São Paulo: Contexto. 2023.
- ROSYIDIN, M.; PATTIPEILOHY, S. C. H. *Regionalism under challenge: Ideas and Joko Widodo's foreign policy towards ASEAN, 2014-2019*. *Journal of ASEAN Studies*, v. 8, n. 2, p. 147-172, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21512/jas.v8i2.6596>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. *From Antagonistic to Relational Autonomy: A Theoretical Reflection from the Southern Cone*. *Latin American Politics and Society*, v. 45, n. 1, primavera 2003.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. (Coleção Relações Internacionais).
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *Autonomia na Inserção Internacional do Brasil: Um Caminho Histórico Próprio*. *CONTEXTO INTERNACIONAL*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 9-41, jan./jun. 2014.
- TASCA, Tiago Gabriel. *O Brasil na Guerra Fria: autonomia heterodoxa e a Política Externa Independente*. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 83-108, 2018.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto internacional* [online], v. 29, n.2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de. Brazilian foreign policy in the Cardoso era: the search for autonomy through integration. *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 5, p. 58- 80, 2007.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. O Conceito de Autonomia na Política Exterior Brasileira: Mudanças e Continuidades. In: Instituto Rio Branco (Org.). *Caderno de Ensaio: Primeiro*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2015. p. 127-164. Disponível em: <[https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/caderno de ensaios I\\_FINAL.pdf](https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/caderno%20de%20ensaios%20I_FINAL.pdf)>. Acesso em 20 set. 2017